

**CONTABILIDADE PÚBLICA: UM LEVANTAMENTO DOS ARTIGOS
PUBLICADOS NO CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E
CONTABILIDADE NOS ANOS DE 2004 A 2011**

Autora: Geysa Besen ¹

Orientadora: Prof^a Mestre Cristiane Mallmann Huppes ²

Resumo: O artigo tem por objetivo demonstrar as publicações realizadas no Congresso USP de Controladoria e Contabilidade no período de 2004 a 2011, que tratam de assuntos relativos à Contabilidade e Gestão Pública. Para atender a esta expectativa, foram evidenciadas as quantidades de trabalhos, temas discutidos, instituições e região onde mais se concentram as pesquisas. Para desenvolvimento do estudo proposto, foi realizada pesquisa descritiva, documental com procedimentos bibliográfico e bibliométrico para obtenção dos dados. Os resultados alcançados demonstram a grande possibilidade de pesquisa na área pública. Por fim, concluiu-se que a principal forma de abordagem das pesquisas foi a qualitativa, com âmbito dos estudos na esfera municipal; o tema predominante nos artigos é a Lei de Responsabilidade Fiscal; e a maioria das pesquisas se concentrou na região Sul, mas a principal instituição que se destacou pelo número de autores e co-autores foi a Universidade de Brasília.

Abstract: The article aims to demonstrate the publications made in Congress USP Controller an Accounting in the period 2004 to 2011, dealing wit matters relating to the Public Accounting and Management. To meet this expectation, were shown the quantities of work, topics discussed, institutions and the region where more focused research. For development of the proposed study was conducted descriptive research to document procedures for bibliographic and bibliometric data collection. The results demonstrate the great potential for research in public. Finally, it was concluded that the main way to approach the research was qualitative, with the studies at the municipal level, the predominant theme in the articles is the Fiscal Responsibility Law, most research has focused on the South, but the main institution that is highlighted by the number of authors and co-authors was the University of Brasília.

Palavras-Chave: Contabilidade Pública; Congresso USP de Controladoria e Contabilidade; Lei de Responsabilidade Fiscal.

¹ Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia – FACE, da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD.

² Professora Mestre do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia – FACE, da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD.

1. Introdução

Na área de contabilidade pública, os temas sobre contabilidade e gestão pública possuem um relevante crescimento da produção científica com a publicação de artigos e trabalhos específicos. Martins e Silva (2005) afirmam que a publicação de teses, dissertações, monografias, artigos e trabalhos dirigidos a encontros científicos evidenciam a qualidade das produções. Qualidade essa que contribui para elaboração de trabalhos e informação da sociedade em geral, com temas anteriormente pouco explorados, mas que vem se destacando na linha editorial de periódicos publicados sobre contabilidade pública. Diante das diversas ferramentas da atualidade, ainda existe a impressão de haver falta de interesse, por parte da sociedade, em conhecer e fiscalizar a gestão pública de recursos e do patrimônio público.

Pereira (2010) escreve que, na década de 90, as pesquisas sobre a temática contabilidade pública foram as que menos estiveram presentes nos trabalhos publicados. Com o objetivo de evidenciar a existência de trabalhos científicos relacionados ao tema, como a prestação de contas do setor público, as fontes nos sítios dos Tribunais de Contas do Brasil, apresentam artigos técnicos que foram encontrados em revistas eletrônicas, tratando do assunto com foco eminentemente jurídico.

Diante do exposto, este estudo questiona: quais os temas que estão sendo discutidos acerca da Contabilidade e da Gestão Pública nas publicações realizadas no período de 2004 a 2011, no Congresso USP de Controladoria e Contabilidade? Com base no questionamento, o objetivo do estudo é demonstrar as publicações realizadas no Congresso USP de Controladoria e Contabilidade no período de 2004 a 2011, que tratam de assuntos relativos à contabilidade e gestão pública. Para atender a esta expectativa, são evidenciadas as quantidades de trabalhos, os temas discutidos, as instituições e a região onde mais se concentram as pesquisas.

O Congresso USP de Contabilidade e Controladoria é um evento realizado desde o ano de 2001, organizado para apresentação e discussão de conhecimentos na área de Contabilidade. Tem contado com a participação de professores, pesquisadores, profissionais e alunos de todas as regiões do país, interessados na divulgação e avaliação dos seus estudos científicos. Desde a 7ª edição, realizada no ano de 2007, o evento vem contando, também, com pelo menos um palestrante oriundo de grandes universidades Europeias e Norteamericanas. (CONGRESSO USP, 2011).

Justifica-se este trabalho na perspectiva de contribuir com os estudos da área, assim como estender os conhecimentos próprios. Sendo assim, inicialmente, o estudo aponta conceitos sobre contabilidade pública e recursos públicos. Em seguida, é apresentada a metodologia aplicada para alcançar os resultados e, logo depois, a análise e discussão dos dados. Por final, são apresentadas as conclusões, tendo por base o questionamento proposto.

2. Revisão da Literatura

2.1. Contabilidade Pública

Kohama (2008, p. 25) define contabilidade pública como sendo o “ramo da contabilidade que estuda, orienta, controla e demonstra a organização e execução da fazenda pública; o patrimônio público e suas variações”. A contabilidade pública é uma das divisões da Ciência Contábil que tem papel fundamental na evidenciação do registro e controle de ações relacionadas ao patrimônio público nas três esferas da administração do país, a saber: Federal, Estadual e Municipal, verificando o cumprimento da legislação referente à execução dos recursos públicos.

De acordo com PISCITELLI e TIMBÓ (2009 *apud* NOBREGA *et al* 2011, p. 4), “a Contabilidade Pública tem sua base legal fundamentada pela Lei 4320/1964 que estatui normas gerais sobre Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e Balanços da União, dos Estados dos Municípios e do Distrito Federal”.

A contabilidade pública não está preocupada apenas no patrimônio e suas variações, mas, sim igualmente, no orçamento e na sua execução, previsão e arrecadação da receita e a fixação e a execução da despesa, através do estabelecimento do Orçamento público aprovado para o exercício (PORTAL DE CONTABILIDADE, 2011).

Para NOBREGA *et al* (2011 p.05), a Contabilidade Pública não tem como desempenho principal unicamente a escrituração e os registros das entidades públicas. Os autores afirmam que “o controle e acompanhamento da gestão bem como a observação quanto à legalidade dos atos emanados da aplicação de recursos públicos também abrangem os objetivos desse eixo da Contabilidade”.

2.2 Gestão de Recursos Públicos

Para Martins (2005), os recursos públicos devem ser vistos, sobretudo, como um meio para promoção de bem-estar e desenvolvimento humano sustentável, estando dividido em recursos financeiros, de pessoas, patrimônio físico, serviços, informacionais, institucionais, simbólicos e tecnológicos. Desta forma, pode-se dizer que sistema de recursos públicos é um conjunto estruturado de regras e atividades que envolvem o conceito de recursos e a função da gestão dos recursos.

Segundo Conto, Galante e Oenning (2008), a gestão de recursos públicos coloca em prática técnicas para utilização dos recursos utilizando e executando o planejamento como uma das principais ferramentas do orçamento público, onde prevê a aplicação dos recursos previstos de acordo com as metas que o gestor quer atingir em seu governo.

Conforme Kohama (2008), desenvolveram-se estudos técnicos e científicos, levados pela Organização das Nações Unidas – ONU, para objetivar o planejamento integrado das ações a serem realizadas pelo poder público. Ainda explica que as ações da gestão fiscal são obtidas através do planejamento integrado. No Brasil, este processo é conhecido como processo de planejamento e orçamento, subdividindo-se em: Plano Plurianual, Lei das Diretrizes Orçamentárias e Lei de Orçamentos Anuais.

Plano Plurianual é considerado um plano em médio prazo, em que se planejam ações e objetivos do governo para um período de quatro anos, podendo ser utilizado nas três esferas de administração pública. A Lei das Diretrizes Orçamentárias tem a finalidade de orientar a elaboração de orçamentos anuais com metas e prioridades da administração pública, compreendendo o “orçamento fiscal, o orçamento de investimentos das empresas e orçamento da seguridade social.” (KOHAMA, 2008, p. 37) A Lei de Orçamentos Anuais se dará após a concretização do planejamento do plano plurianual, obedecendo a lei das diretrizes orçamentárias em que as ações serão executadas para o alcance dos objetivos dos orçamentos, materializando as ações do planejamento para melhor atendimento da sociedade.

De acordo com Lima e Castro (2000, p. 19), “O orçamento público surgiu para atuar como instrumento de controle das atividades financeiras do governo”. Para que haja eficácia do controle, é necessário que seja baseado conforme regras ou princípios orçamentários.

Kohama (2008) afirma que os princípios são comumente utilizados nos processos orçamentários e classificados em: (a) princípio da programação, que é baseado na programação através da seleção dos objetivos a serem alcançados; (b) princípio da unidade, consiste em fundamentar uma política orçamentária estruturada uniformemente a um único método; (c) princípio da universalidade, o qual deve ter em seu conteúdo os aspectos dos elementos programáveis que o constituem; (d) princípio da anualidade, tem por base fixar o período de um ano para o orçamento para concretização dos objetivos sociais e econômicos; (e) princípio da exclusividade, devendo ser incluídos exclusivamente assuntos que sejam pertinentes ao orçamento público; princípio da clareza, devendo ser expresso de forma clara, ordenada e completa; (f) princípio do equilíbrio, devendo se manter o equilíbrio do ponto de vista financeiro entre os valores de receita e despesa.

Após a elaboração do orçamento e mantendo-se os princípios, se dará sequência ao ciclo orçamentário, passando para o estudo e aprovação, através do poder legislativo, onde uma vez aprovado será enviado para execução do poder executivo, para concretização anual dos objetivos, implicando na mobilização de recursos humanos, materiais e financeiros. Na fase final, será feita avaliação da organização e objetivos fixados no orçamento se houve modificações durante a execução e a utilização dos recursos. (KOHAMA, 2008)

Lima e Castro (2000, p. 26) complementam que “publicada a Lei Orçamentária anual e observadas à norma de execução orçamentária e de programação do exercício as unidades orçamentárias estarão em condições de utilizar seus créditos”. Ao ter a concretização anual, terão que se ajustarem as normas estabelecidas na programação do orçamento com limites fixados.

A Lei Complementar nº 101, de 4 de Maio de 2000, também chamada Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece as normas de finanças públicas em seu §1º do artigo 1º expõe que, “A responsabilidade da gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnam riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas.”

Kohama (2008) ainda afirma que a contabilidade é a principal fonte informativa dos instrumentos da transparência fiscal. Um dos principais problemas que atingem a gestão pública da atualidade é a corrupção. Diversos fatos implodem na sociedade denunciando políticos corruptos e a má gestão dos recursos disponibilizados, onde se tem maior preocupação da transparência das contas públicas, buscando uma gestão eficiente, eficaz e econômica.

Pereira e Jerônimo (2010) afirmam que a fiscalização do patrimônio público e de todas as ações executadas é obrigação de todos os cidadãos, que elegeram através da democracia seus representantes, gestores do patrimônio, cabendo a eles a administração dos recursos e investimentos em benefício da sociedade.

A Controladoria Geral da União publicou, em 2008 (p. 3), um balanço de controle interno, prevenção e combate à corrupção e esclareceu que

Conforme pesquisa de âmbito nacional realizada em maio de 2008 pela Universidade Federal de Minas Gerais, em parceria com o instituto Vox Populi, apontou cerca de 75% dos entrevistados reconhece que cresceu nesse governo “a apuração dos casos de corrupção que antes ficavam escondidos.

Divulgaram-se os fatos pertencentes às fiscalizações no combate à corrupção e o interesse da população em conhecer as ações de promoção da transparência pública. Desta forma, os estudos, vinculados às publicações relacionadas à contabilidade pública, tendem a contribuir diretamente para divulgação e fiscalização das contas públicas, corroborando com a prevenção à corrupção.

3. Metodologia

Marconi e Lakatos (2010, p. 65) determinam como sendo método o “conjunto das atividades sistemáticas e racionais que com maior segurança e economia permite alcançar o objetivo traçando o caminho a ser seguido detectando erros e auxiliando as decisões do cientista”.

Conforme a classificação apontada por Raupp e Beuren (2009) sobre a tipologia de pesquisa aplicável à Contabilidade, quanto aos objetivos, aos procedimentos e à abordagem do problema, este trabalho está assim disposto:

Quanto aos Objetivos: descritiva, pois analisa as características dos estudos publicados no Congresso USP de Controladoria e Contabilidade entre os anos de 2004 a 2011.

Quanto aos Procedimentos: documental, no aspecto de aporte conceitual, já descrito no referencial bibliográfico, e bibliométrico (ARAÚJO, 2006), quanto aos resultados e às análises de artigos publicados no Congresso USP, no período de 2004 a 2011.

Quanto à Abordagem do Problema: descrição qualitativa dos objetivos dos estudos que foram publicados, bem como quantitativa, pelo aspecto de quantificar as informações analisadas.

O objeto de pesquisa é intencional, pois se trata de um evento significativamente reconhecido na pesquisa contábil no Brasil. Quanto ao período analisado, este está limitado ao acesso via *Internet*, da disponibilização dos artigos no *site* do Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, nos anos de 2004 e 2011. Os artigos foram acessados e analisados conforme os seguintes passos: inicialmente, houve a contagem dos artigos publicados a cada ano, seguida de uma análise dos artigos que contemplavam, segundo a classificação do Congresso, o tema: Contabilidade Governamental no ano de 2011; e nos anteriores, por não haver esta classificação no *site*, os títulos dos trabalhos, e as palavras-chave foram analisados, quando se buscou as palavras: contabilidade pública e gestão pública. Os aspectos observados nos artigos foram (a) ano de publicação; (b) Título; (c) Autores; (d) Instituição; (e) Objetivo da pesquisa; e (f) Classificação da pesquisa.

4. Análise e Discussão Dos Dados

A primeira análise realizada é a comparação entre o total de artigos publicados e a representatividade de artigos com o tema: Contabilidade Governamental e Gestão Pública. A Tabela 1 apresenta os referidos dados:

TABELA 1: Número de publicações total, na área pública e outras áreas.

Valores absolutos				Porcentagem		
Ano	TOTAL	Área Pública	Outras Areas	Área Pública	Outras Áreas	TOTAL
2004	100	5	95	5,0%	95,0%	100,0%
2005	100	7	93	7,0%	93,0%	100,0%
2006	100	7	93	7,0%	93,0%	100,0%
2007	120	5	115	4,2%	95,8%	100,0%
2008	84	5	79	6,0%	94,0%	100,0%
2009	100	9	91	9,0%	91,0%	100,0%
2010	100	6	94	6,0%	94,0%	100,0%
2011	98	10	88	10,2%	89,8%	100,0%
TOTAL	802	54	748	7%	93%	100,0%
				MÉDIA	MÉDIA	

FONTE: dados da pesquisa.

As publicações nos Congressos USP tiveram a quantidade total de 802 trabalhos apresentados da 4ª à 11ª edições, mantendo em 100 (cem) o número de publicações por 5 edições (2004, 2005, 2006, 2009 e 2010). No ano de 2007, foram publicados 120 (cento e vinte) artigos e, em 2008 e 2011, 84 (oitenta e quatro), e 98 (noventa e oito), respectivamente. O total de trabalhos na área, objeto deste estudo, é composto por 54 artigos. As informações contidas sinalizam que o interesse dos estudos na área pública tem se mantido equilibrado ao longo dos oito anos pesquisados, com uma média de 7% de trabalhos publicados no Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. Pode-se verificar que no ano de 2009 os índices de evolução de publicações foram de 9,0%, sendo ultrapassado apenas no ano de 2011 com 10,2% das publicações, o que apresenta um crescimento em relação aos anos anteriores.

Os principais temas estudados nas publicações são abordados conforme informações evidenciadas através da Tabela 2:

TABELA 2: Principais Temas

ASSUNTO	QUANTIDADE	PERCENTUAL
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL	12	22,2%
LICITAÇÕES PÚBLICAS E PREGÃO ELETRÔNICO	5	9,3%
CONTROLE INTERNO	4	7,4%
CUSTOS NA ÁREA PÚBLICA	3	5,6%
INDICADORES DE DESEMPENHO	3	5,6%
NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE	3	5,6%
ORÇAMENTO PÚBLICO	3	5,6%
AUDITORIA DE CONTAS PÚBLICAS	2	3,7%
CONTROLADORIA PÚBLICA	2	3,7%
Total de Temas Identificados	37	68,5%
Outros Temas	17	31,5%
TOTAL GERAL	54	100%

FONTE: dados da pesquisa.

A Tabela 2 demonstra que a quantidade de trabalhos relacionados aos principais temas teve uma abordagem de 68,5%, sendo maior que o desempenho das publicações relacionadas aos outros temas na área da contabilidade governamental, representada por 31,5%. Dessa forma, é relevante apontar os principais temas abordados e o ano de publicação:

(a) Lei de Responsabilidade Fiscal = anos de 2005; 2006, 2009, 2010 e 2011, representando 22,2% das publicações, que discutem os efeitos da aplicação da lei e a compreensibilidade dos cidadãos sobre as demonstrações publicadas, objetivando avaliar e investigar os níveis de transparência das contas públicas, (NETO *et al*, 2005; NETO e JUNIOR, 2006; PAGLIARUSSI e LOPES, 2006; CORBARI, MACEDO e FREITAG, 2009; JUNIOR e LIBONATI, 2009; SANTOS, 2009; SUZART e FILHO, 2009; PEREIRA e SILVA, 2009; COSTA, TRAVASSOS e LIBONATI, 2011; GALLON, TREVISAN e PEITSCHER, 2010; MACHADO e MELLO, 2011; RAUPP e AGOSTINETO, 2010);

(b) Lei de Licitações e a Modalidade de Pregão Eletrônico = anos de 2005, 2006 2007 e 2008, representando 9,3% das publicações, que abordam assuntos sobre a aplicabilidade da lei de licitações, viabilidade da implantação do pregão eletrônico e eficácia dos contratos, (SOUSA e CASTRO, 2005; SANT'ANA e ROCHA, 2006; SANTOS *et al*, 2006; REZENDE *et al*, 2007; FARIA *et al*, 2008);

(c) Controle Interno = anos de 2004, 2005, 2006 e 2008, representando 7,4% das publicações, evidenciando a importância do controle para gerar informações para administração pública e as deficiências que o mesmo poderia apontar, (DINIZ *et al*, 2005; THOMÉ e TINOCO, 2005; DAVIS e BLASCHEK, 2006; CAVALCANTE, PETER e MACHADO, 2008);

(d) Custo na Área Pública = ano de 2004, representando 5,6% das publicações, que debatem a importância do sistema de custos e apuração dos custos no serviço público, (SILVA e DRUMOND, 2004; VASCONCELOS e SILVA, 2004; WIEMER e RIBEIRO, 2004);

(e) Indicadores de Desempenho = anos de 2005 e 2011, representando 5,6% das publicações, que utilizam indicadores na área pública, indicadores de gestão e indicadores contábeis, (REVORÊDO e SILVA, 2005; ARAÚJO e PEREIRA, 2011; QUINTANA, ROZA e DAMEDA, 2011);

(f) Normas Brasileiras de Contabilidade = anos de 2009, 2010 e 2011, representando 5,6% das publicações, as quais discutem as normas brasileiras e a convergência das normas internacionais aplicadas ao setor público, (BRAGA, CRUZ e MENDES, 2009; FRAGOSO *et al*, 2010; VENDRUSCOLO e SALLABERRY, 2011);

(g) Orçamento Público = anos de 2005, 2007 e 2011, representando 5,6% das publicações, que apontam para utilização de modelo de orçamento empresarial na gestão pública, sistemas de orçamentos públicos e levantamento de pesquisas sobre orçamento público, (LOPES e BLASCHEK, 2005; BROTTI, LAFFIN e BORGERT, 2007; FERREIRA, ELIAS e SOBRINHO, 2010);

(h) Auditoria de Contas Públicas = anos de 2006 e 2010, representando 3,7% das publicações, as quais abordam a auditoria digital das contas públicas e inconsistências apontadas em auditorias realizadas pelo Tribunal de contas, (DINIZ *et al*, 2006; KRONBAUER, KRUGER e OTT, 2010);

(i) Controladoria Pública = anos de 2005 e 2011, representando 3,7% das publicações, que tratam da teoria e da aplicação da controladoria na área pública e as inovações do campo, (SOUSA, SOARES e LEAL, 2005; SUZART, MARCELINO e ROCHA, 2009);

(j) Outros temas = compreendem 31,5% dos trabalhos, distribuídos nos anos de 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011, que focam os temas: análise de resultados, teoria da comunicação aplicável à contabilidade pública, informação gerencial, endividamento dos Estados e instrumentos contábeis de proteção ao patrimônio público, (SILVA *et al.*, 2004; OLIVEIRA, 2005; LUCA, MARQUES e BRAGA, 2006; FREGONESI e SLOMSKI, 2007; PIGATTO, 2007; SOUZA, 2008; SOUZA e SIQUEIRA, 2007; GALDI, AZEVEDO e MENDONÇA, 2008; MELLO, SLOMSKI e CORRAR, 2008; BRAGA, CRUZ e MENDES, 2009; VARELA, MARTINS e FÁVERO, 2009; SANTOS e PIMENTEL, 2010; COSTA, DINIZ e CORRAR, 2011; JUNIOR e AQUINO, 2011; NOBREGA *et al.*, 2010; SANTOS e TRAVASSOS, 2011; SCHMITZ, 2011).

Em relação ao tipo de pesquisa e à forma de abordagem, foram classificadas as pesquisas como qualitativa, quantitativa, quali-quantitativa e dentre outros; conforme segue apresentação na Tabela 3.

TABELA 3: Classificação pesquisas

PESQUISAS	Quantidade	Percentual
QUALITATIVA	21	38,9%
QUANTITATIVA	16	29,6%
QUALI-QUANTI	10	18,5%
Outros	07	13,0%
TOTAL	54	100,0%

FONTE: dados da pesquisa.

Observando a tabela 3, a principal forma de abordagem utilizada nas pesquisas foi a qualitativa, que apresentou 38,9% dos trabalhos, classificada na transformação de informações que não podem ser qualificáveis, e na interpretação de dados na forma descritiva; a quantitativa apresentou 29,6 % dos trabalhos publicados, tendo como característica a quantificação de informações e uso de técnicas estatísticas para obtenção de informações; a quali-quantitativa apresentou 18,5% dos trabalhos, utilizando as formas quantitativa e qualitativa para abordagem; e outros com 13,0% dos trabalhos com métodos discriminante e métodos dedutivos.

O âmbito das pesquisas permite avaliar a aplicação dos principais estudos de caso; a Figura 1 demonstra as esferas das análises.

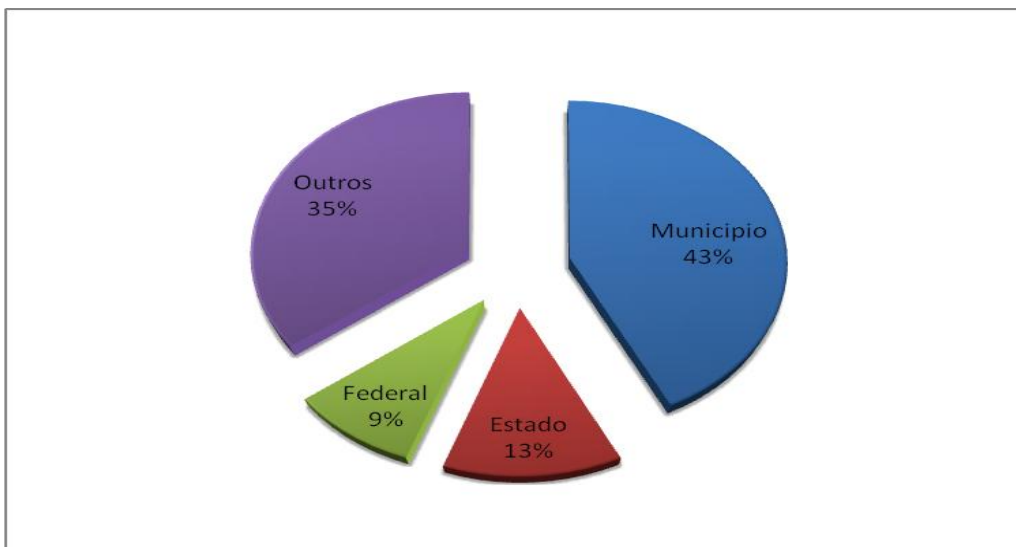


FIGURA 1: Âmbito das pesquisas nas edições de 2004 á 2011

FONTE: dados da pesquisa

A Figura 1 evidencia o âmbito em que as pesquisas mantiveram foco. Têm-se, assim, 23 (vinte e três) pesquisas em âmbito Municipal, 7 (sete) no âmbito Estadual e 5 (cinco) em âmbito Federal. Das 19 (dezenove) pesquisas, uma delas abordou em conjunto as esferas Federal e Estadual, (SUZART, MARCELINO e ROCHA, 2009); e outra pesquisa abordou um estudo comparativo com âmbito nas (3) três esferas, sendo Federal, Estadual e Municipal, (JUNIOR, LIBONATI E VASCONCELOS, 2009). As demais pesquisas foram classificadas como outros, sendo representadas por 17 pesquisas. Isso ocorre, pois não foi possível definir a esfera do estudo, cujos temas foram desenvolvidos na área de contabilidade pública, principalmente no desenvolvimento teórico de aprimoramento de técnicas contábeis na gestão pública.

Outro aspecto relevante que foi observado é a identificação das principais Instituições de Ensino, às quais os autores e coautores pertencem.

TABELA 4: Principais Instituições Identificadas das Publicações

Intituições Identificadas das Publicações	Quantidade	Porcentagem
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	16	11,3%
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	16	11,3%
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	15	10,6%
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	12	8,5%
FUN INST CAPIXABA DE PESQ CONT, ECO E FIN	9	6,3%
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	7	4,9%
UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS	6	4,2%
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA	5	3,5%
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	5	3,5%
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	5	3,5%
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	4	2,8%
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO	4	2,8%
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ	3	2,1%
UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO	3	2,1%
UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA	3	2,1%
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA-UNIPÊ	3	2,1%
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG	3	2,1%
FACULDADE SANTA CATARINA	2	1,4%
UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU - FURB	2	1,4%
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	2	1,4%
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	2	1,4%
Outros (uma publicação por Instituição)	15	10,6%
TOTAL	142	100,0%

FONTE: dados da pesquisa

A Tabela 4 evidencia as principais instituições dos autores e coautores das pesquisas, demonstrando que ficou classificada, em primeiro lugar, a Universidade de Brasília com 16 autores e co-autores de estudos. Logo em seguida, está a Universidade Federal de Pernambuco com 16 autores, seguida da Universidade de São Paulo com 15 autores; da Universidade Federal de Santa Catarina com 12 autores; da Universidade Federal da Bahia com 7 autores; da Universidade Vale dos Rios com 6 autores. Para os demais autores, por serem muitos e terem apenas um autor por instituição não foram mencionados e estão identificados na Tabela 4 como “Outros”, totalizando 19 instituições.

A Figura 2 focaliza as principais regiões, das quais são pertencentes os autores e co-autores do trabalho. Isso permite a avaliação global das publicações com as diversas instituições.

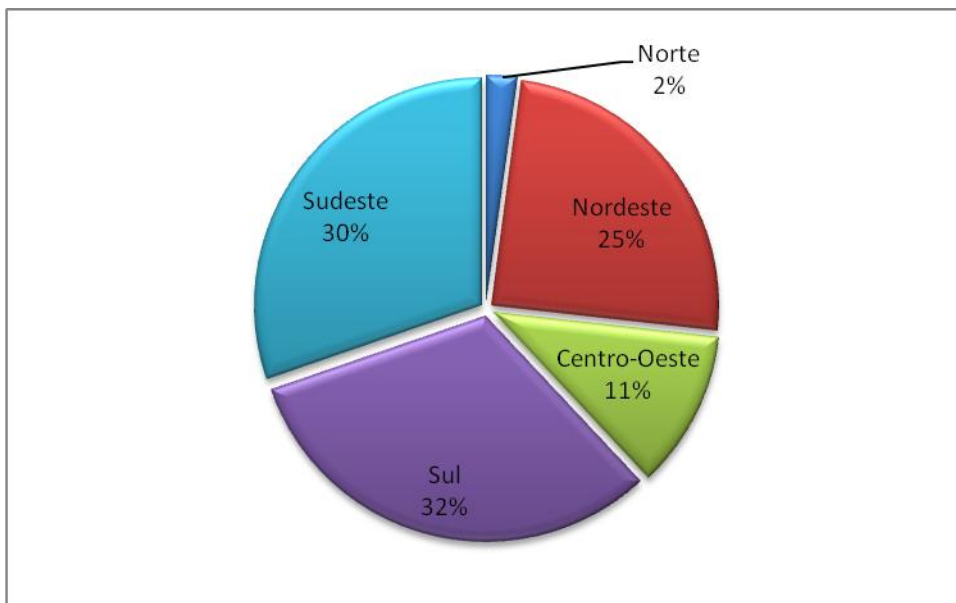


FIGURA 2: Principais regiões do País com publicação de autor e co-autor

FONTE: dados da pesquisa

O número de autores e co-autores de cada região do Brasil é classificado por 142 pesquisadores; resultando em 45 pesquisadores da região sul; 43 pesquisadores na região sudeste; 35 pesquisadores da região nordeste; 16 pesquisadores da região centro-oeste, e 3 pesquisadores da região norte. Isso indica que são regiões de grande desenvolvimento em diversas áreas, contemplando a área da pesquisa.

Individualmente, a Universidade de Brasília (UnB), representada na região Centro-Oeste, foi a principal instituição em termos de participação individual. Na análise da região, a UnB ficou em 4º lugar, devido ter o mesmo número na contemplação da região. A região Sul, representada por 10 (dez) instituições destacadas na Tabela 4 com a participação de autor e co-autores, foi a principal região onde se concentraram as pesquisas.

5-Considerações Finais

Esta pesquisa objetivou, primeiramente, demonstrar os principais temas que estão sendo discutidos sobre a Contabilidade Governamental no Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. Nesta perspectiva, o tema mais discutido foi a Lei da responsabilidade fiscal, seguido do Controle interno executado nas áreas públicas. Com base nos dados de análise, observa-se ainda que as pesquisas sobre a Lei de responsabilidade fiscal ganham ênfase a partir da 5ª edição do Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, realizada no ano de 2005. Os resultados obtidos nesta área referenciam que, mesmo após alguns anos da publicação da Lei Complementar nº 101 de 04 de Maio de 2000, houve grande interesse em pesquisar o referido tema.

Em relação à quantidade dos trabalhos sobre Contabilidade Governamental em relação aos demais trabalhos, a pesquisa revela que é equivalente à média de 7% dos trabalhos publicados nas edições do congresso, o que evidencia a pouca pesquisa publicada, apontando para a grande possibilidade de pesquisa na área.

Diante dos temas discutidos, as instituições que tiveram maior participação nas publicações é a Universidade de Brasília e a Universidade Federal do Pernambuco. Já em relação às regiões onde se concentraram os principais autores e co-autores, percebe-se que a Sul e a Sudeste ficam nos primeiros lugares, o que revela que se tratam de regiões de grande desenvolvimento. O estudo também revelou que as pesquisas se concentraram no âmbito municipal, no que se refere ao interesse de publicar dados de estudos do patrimônio dos diversos municípios do país.

Observando o trabalho realizado, a pesquisa em outras fontes de publicações não foi possível devido à limitação ao acesso gratuito aos trabalhos apresentados no Congresso Brasileiro de Contabilidade e Congresso Brasileiro de Custos. Para uma visão mais abrangente no que diz respeito às publicações futuras sobre o tema, seria útil a verificação de outras fontes de publicações, como o Congresso Brasileiro de Contabilidade e o Congresso Brasileiro de Custos, para obter maiores informações sobre as principais publicações da área governamental.

REFERÊNCIAS LITERÁRIAS

ARAÚJO, Carlos Alberto. **Bibliometria: evolução histórica e questões atuais**. Em *Questão*, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 11-32, jan./jun. 2006. Disponível em: <<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/revistaemquestao/article/viewFile/3707/3495>> Acesso em 03/02/2011.

ARAÚJO, Maria Gilseclécia da Silva; PEREIRA, Clesia Camilo. **Utilização dos indicadores de gestão de desempenho no setor público**. IN: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 11º, 2011. São Paulo.

BRAGA, Josué Pires; CRUZ, Cláudia Ferreira da; MENDES, Eugênio Lima. **Análise empírica da autonomia financeira e da alocação de recursos de um município da região nordeste do Brasil**. IN: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 9º, 2009. São Paulo.

BROTTI, Vera; LAFFIN, Marcos; BORGERT, Altair. **Orçamento público – levantamento dos artigos, dissertações e teses no Brasil entre 1980 e 2005 em algumas das principais fontes de publicações disponíveis em meio eletrônico**. IN: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 7º, 2007. São Paulo.

CAVALCANTE, Danival Sousa; PETER, Maria Glória Arrais; MACHADO, Marcus Vinícius Veras. **Organização dos órgãos de controle interno municipal no estado do ceará: um estudo na região metropolitana de fortaleza**. IN: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 8º, 2008. São Paulo.

CONGRESSO USP. **Apresentação do Congresso USP de Contabilidade e Controladoria e seus objetivos**. Disponível em: <http://www.congressousp.fipecafi.org/sobre-congresso.asp> Acesso em 26/09/2011.

CONTO, Angelita Adriane de; GALANTE, Celso; OENNING, Vilmar (2008). **Mensuração da eficácia na gestão de recursos públicos**. Disponível em <http://www.congressocfc.org.br/hotsite/trabalhos_1/335.pdf> Acesso em 15/05/2010.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO (2008). **Controle Interno, prevenção e combate à corrupção**. Disponível em <http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/BalancoAcoes2008/Arquivos/balanco2008_portugues.pdf> Acesso em 20/08/2010.

CORBARI, Ely Célia; MACEDO, Joel de Jesus; FREITAG, Viviane da Costa; JUNIOR, Paulo Cesar Starke. **Os efeitos da lei de responsabilidade fiscal no endividamento municipal: uma análise de dados em painéis**. IN: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 9º, 2009. São Paulo.

COSTA, José Isidoro de Freitas; SANTOS, Josenildo dos; TRAVASSOS, Silvana Karina De Melo. **Análise de conformidade nos gastos públicos dos entes federativos: estudo de caso de uma aplicação da lei de**

newcomb-benford para o primeiro e segundo dígito em dois estados brasileiros. IN: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 11º, 2011. São Paulo.

COSTA, José Isídio de Freitas; TRAVASSOS, Silvana Karina De Melo; LIBONATI, Jeronymo. **Avaliação de aspectos da gestão fiscal dos municípios brasileiros: análise de indicadores trienais da receita, despesa e endividamento ex-ante e ex-post lei de responsabilidade fiscal.** IN: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 11º, 2011. São Paulo.

DARÓS, Leandro Luís; PEREIRA, Adriano De Souza. **Análise das normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público – NBCASP: mudanças e desafios para a contabilidade pública.** IN: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 9º, 2009. São Paulo.

DAVIS, Marcelo David; BLASCHEK, Jose Roberto De Souza. **Deficiências dos sistemas de controle interno governamentais atuais em função da evolução da economia.** IN: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 6º, 2006. São Paulo.

DINIZ, Josedilton Alves; CORRAR, Luiz João. **Alocação de recursos públicos na educação fundamental: uma relação entre os gastos e desempenhos dos alunos da rede pública municipal.** IN: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 11º, 2011. São Paulo.

DINIZ, Josedilton Alves; FILHO, José Francisco Ribeiro; LIBONATI, Jeronymo José; FRAGOSO, Adriana Rodrigues. **Controle interno na administração pública municipal: aplicação da análise discriminante para modelar uma congruência com o controle externo.** IN: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 4º, 2004. São Paulo.

DINIZ, Josedilton Alves; SANTOS, Josenildo Dos; DIENG, Mamadou; DINIZ, Maria Aparecida Alcântara. **Comprovação de eficácia da aplicação de modelos contabilométricos no campo da auditoria digital das contas públicas municipais: caso de um tribunal de contas de um estado brasileiro.** IN: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 6º, 2006. São Paulo.

FARIA, Evandro Rodrigues De; FERREIR, Marco Aurélio Marx; ZUCCOLOTTI, Robson; MOREIRA, Vagner Henrique. **Estudo comparativo de redução de custos e tempo nas modalidades de licitação por pregão eletrônico e presencial.** IN: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 8º, 2008. São Paulo.

FERREIRA, Ynis Cristine De Santana Martins Lino; ELIAS, Leila Marcia Sousa De Lima; SOBRINHO, Mário Vasconcellos. **Sistema de orçamentos públicos em meio ambiente: proposições práticas para reflexão.** IN: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 10º, 2010. São Paulo.

FRAGOSO, Adriana Rodrigues; FILHO, Jose Francisco Ribeiro; LOPES, Jorge Expedito De Gusmão; PEDERNEIRAS, Marcleide Maria Macêdo. **Normas brasileiras e internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público e o desafio da convergência: uma análise comparativa IPSAS E NBCTSP.** IN: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 10º, 2010. São Paulo.

GALDI, Fernando Caio; AZEVEDO, Filipe Bressannelli; MENDONÇA, Mark Miranda De. **Instrumentos contábeis de proteção aos recursos públicos investidos nas sociedades de economia mista: uma investigação empírica.** IN: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 8º, 2008. São Paulo.

GALLON, Alessandra Vasconcelos; TREVISAN, Ronie; PFITSCHER, Elisete Dahmer. **A compreensibilidade dos cidadãos de um município gaúcho acerca dos demonstrativos da lei da responsabilidade fiscal publicados nos jornais.** IN: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 10º, 2010. São Paulo.

GRATERON, Ivan Ricardo Guevara (1999). **Auditoria de gestão: utilização de indicadores de gestão no setor público.** Disponível em <<http://www.eac.fea.usp.br/cadernos/completos/cad21/auditoria.pdf>> Acesso em.03/02/2011.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade Pública, teoria e prática.** São Paulo: Atlas, 2008.

LIMA, Diana Vaz de; CASTRO, Róbison Gonçalves de. **Contabilidade Pública.** São Paulo: Atlas, 2000.

JUNIOR, Eduardo Castaldelli; AQUINO, André Carlos Busanelli de. **Divulgação de desempenho de órgãos públicos: uma análise de conteúdo dos relatórios de gestão da entidade fiscalizadora superior brasileira.** IN: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 11º, 2011. São Paulo.

JUNIOR, Jorge José Barros De Santana; LIBONATI, Jeronymo José; VASCONCELOS, Marco Tullio De Castro. **Modelos de investigação dos níveis de transparência fiscal eletrônica dos poderes e órgãos governamentais.** IN: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 9º, 2009. São Paulo.

KRONBAUER, Clóvis Antônio; KRUGER, Gustavo Pires. **Análise de inconsistências apontadas pelo TCE/RS em auditorias municipais: estudo do controle externo da gestão pública.** IN: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 10º, 2010. São Paulo.

LOPES, HA; BLASCHEK, JRS. **Orçamento empresarial na administração pública: uma proposta.** IN: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 5º, 2005. São Paulo.

LUCA, Márcia de; MARQUES, Érico Veras; BRAGA, Saulo Moreira. **Avaliação do sistema de informação gerencial como suporte ao processo decisório de um instituto de previdência municipal.** IN: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 6º, 2006. São Paulo.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica.** São Paulo: Atlas, 2010.

MACHADO, Joyce de Andrade; MELLO, Gilmar Ribeiro de. **A lei responsabilidade Fiscal e o impacto sobre o endividamento dos municípios paranaenses.** IN: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 11º, 2011. São Paulo.

MARTINS, Humberto Falcão (2005). **Gestão de recursos públicos: orientação para resultados e accountability.** Disponível em <<http://www.direitodoestado.com/revista/RERE-3-SETEMBRO-2005-HUMBERTO%20MARTINS.pdf>> Acesso em 06/07/2011.

MELLO, Gilmar Ribeiro De; SLOMSKI, Valmor; CORRAR, Luiz João. **Fatores que influenciam o endividamento dos estados brasileiros.** IN: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 8º, 2008. São Paulo.

NETO, Orion Augusto Platt; Cruz, Flávio Da; ENSSLIN, Sandra Rolim; ENSSLIN, Leonardo. **Publicidade e transparência das contas públicas: obrigatoriedade e abrangência desses princípios na administração pública brasileira.** IN: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 5º, 2005. São Paulo.

NETO, Orion Augusto Platt; JUNIOR, Milton Donizete Barcelos. **Desempenho fiscal da câmara municipal de Florianópolis após a implantação da lei de responsabilidade fiscal.** IN: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 6º, 2006. São Paulo.

NOBREGA, Thaise Corcino da; FREIRE, Fátima De Souza; PEREIRA, Ednei Moraes; MARQUES, Matheus De Mendonça. **O que se exige na área de contabilidade pública em concurso público?** IN: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 11º, 2011. São Paulo.

OLIVEIRA, André Machado de. **Avaliação do processo de comunicação entre a contabilidade pública e o usuário da informação: uma abordagem sob o enfoque da teoria da comunicação.** IN: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 5º, 2005. São Paulo.

PAGLIARUSSI, Marcelo Sanches; LOPES, Venina de A.. **Lei de responsabilidade fiscal e eficácia dos instrumentos orçamentários: um estudo exploratório na prefeitura de Vitória.** IN: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 6º, 2006. São Paulo.

PEREIRA, JERÔNIMO ROSÁRIO TANAN (2010). **Gestão e controle de recursos públicos: um estudo sobre a rejeição de contas nos governos municipais no estado da Bahia.** Disponível em <http://www.contabeis.ufba.br/Site/arquivos/Editor/file/Mestrado/Disserta%C3%A7%C3%B5es/Dis%20-%20PEREIRA,%20Jerônimo%20R_%20T_%20-%20Estudo%20sobre%20rejei%C3%A7%C3%A3o%20de%20PC%20-%20FINAL.pdf> Acesso em 08/08/2011

PEREIRA, Jeronimo Rosario Tanan; SILVA, Vandenir Albuquerque. **Efeitos da lei de responsabilidade fiscal sobre a prestação de contas em prefeituras baianas.** IN: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 9º, 2009. São Paulo.

PIGATTO, José Alexandre Magrine. **A convergência da nova administração pública para governança pública: uma análise dos artigos internacionais e nacionais publicados entre 2000 e 2006 assimetrias na informação contábil governamental.** IN: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 7º, 2007. São Paulo.

PISCITELLI, Roberto; TIMBÓ, Maria. **Contabilidade Pública: Uma Abordagem da Administração Financeira Pública**, 2009. In NOBREGA, Thaise Corcino da; FREIRE, Fátima De Souza; PEREIRA, Ednei Moraes; MARQUES, Matheus De Mendonça. **O que se exige na área de contabilidade pública em concurso público?** IN: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 11º, 2011. São Paulo.

PORTAL DA CONTABILIDADE. **Contabilidade Pública**. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/contabilidadepublica.htm>> Acesso em 26/09/2011.

PLANALTO CENTRAL. **Lei complementar nº 101 de 04 de Maio de 2000**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm> Acesso em 31/08/2011.

QUINTANA, Alexandre Costa; ROZA, Mariana Costa da; DAMEDA, André das Neves. **Análise da relação entre os indicadores de gestão e os indicadores contábeis das Universidades Federais do Rio Grande do Sul**. IN: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 11º, 2011. São Paulo.

RAUPP, Fabiano Maury. BEUREN, Ilse Maria. **Metodologia da Pesquisa Aplicável às Ciências Sociais**. in BEUREN, Ilse Maria. Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. 3. ed. 4. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

RAUPP, Fabiano Maury; AGOSTINETO, Raquel Crestani; (2010). **Investigando a prestação de contas em portais eletrônicos de camaras municipais**. IN: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 10º, 2010. São Paulo.

REVORÊDO, Wirla Cavalcanti; SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Decisões do tribunal de contas do estado de Pernambuco para com as contas municipais: uma análise focada no reflexo de indicadores sócio-econômicos**. IN: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 5º, 2005. São Paulo.

REZENDE, Idália Antunes Cangussú; NASCIMENTO, Antonio Paula; ARAUJO, Luis Fernando Oliveira De; OLIVEIRA, Ricardo Daher. **A eficácia dos contratos de serviços por pregão (leilões reversos): um estudo nas licitações públicas de serviços continuados**. IN: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 7º, 2007. São Paulo.

SANT'ANA, Zóssia Angélica de; ROCHA, Welington. **Custo total de propriedade: um estudo da sua aplicabilidade à lei de licitações**. IN: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 6º, 2006. São Paulo.

SANTOS, Eduardo José dos; SANTOS, Suely de Souza Luz; LEMES, Sirlei; ROGERS, Pablo. **Governança corporativa e políticas públicas: um estudo empírico da reforma à lei n.º 6.404/76**. IN: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 6º, 2006. São Paulo.

SANTOS, Sandra Regina Toledo. **O impacto da LRF na arrecadação tributária dos municípios gaúchos: uma análise do período de 1996 a 2005**. IN: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 9º, 2009. São Paulo.

SANTOS, Sandra Regina Toledo dos; PIMENTEL, Caroline. **A adesão ao programa nacional de apoio à gestão administrativa e fiscal nos municípios brasileiros e as inovações gerenciais nos municípios do estado do Rio Grande do Sul**. IN: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 10º, 2010. São Paulo.

SCHIMITZ, Elisa. **Despesas públicas no estado de Santa Catarina: composição e representatividade**. IN: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 11º, 2011. São Paulo.

SILVA, Idenilson Lima da; DRUMOND, Romeu Bizo. **A Necessidade da utilização de sistema de custos e de indicadores de desempenho na administração pública**. IN: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 4º, 2004. São Paulo.

SILVA, Maurício Corrêa da; CHACON, Márcia Josienne Monteiro; PEDERNEIRAS, Marcleide Maria Macêdo; LOPES, Jorge Expedito De Gusmão. **Uma análise de resultado patrimonial apurado pelo Siafi (Governo Federal)**. IN: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 4º, 2004. São Paulo.

SLOMSKI, Valmor; FREGONESI, Mariana Simões Ferraz do Amaral. **Valor econômico agregado à sociedade por entidades públicas**. IN: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 7º, 2007. São Paulo.

SOUSA, Edileusa Godoi de; SOARES, Mara Alves; LEAL, Edvalda Araujo. **A controladoria e as inovações tecnológicas na gestão pública: o caso governança eletrônica na Prefeitura Municipal de Uberlândia.** IN: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 5º, 2005. São Paulo.

SOUSA, Wellington de; CASTRO, Marcio Luiz de. **Um estudo sobre a viabilidade de implantação do pregão eletrônico e uma contribuição na apuração dos resultados nos processos licitatórios.** IN: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 5º, 2005. São Paulo.

PIGATTO, José Alexandre Magrini. **A convergência da nova administração pública para governança pública: uma análise dos artigos internacionais publicados entre 2000 e 2006.** IN: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 7º, 2007. São Paulo.

SOUZA, Marcos Antonio De; MAUSS, César Volnei; DIEHL, Carlos Alberto; BLEIL, Claudécir. **A gestão pública por resultados e a avaliação de desempenho.** IN: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 8º, 2008. São Paulo.

SUZART, Janilson Antonio Da Silva; FILHO, José Bernardo Cordeiro. **Pen Budget Initiative: avaliando o nível de transparência fiscal dos processos orçamentários públicos nacionais.** IN: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 9º, 2009. São Paulo.

SUZART, Janilson Antonio da Silva; MARCELINO, Carolina Venturini; ROCHA, Joseilton Silveira da. **As instituições brasileiras de controladoria pública – teoria versus prática.** IN: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 9º, 2009. São Paulo.

THOMÉ, Valmir Alberto; TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **A existência do controle interno como auxílio à governança para gerar informações aos stakeholders das entidades públicas: a realidade em 20 prefeituras do estado do Paraná – Brasil.** IN: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 5º, 2005. São Paulo.

VARELA, Patrícia Siqueira; MARTINS, Gilberto de Andrade; FÁVERO, Luiz Paulo Lopes. **Flexibilização das restrições orçamentárias e eficiência econômica dos municípios paulistas: uma avaliação da atenção básica à saúde.** IN: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 9º, 2009. São Paulo.

VASCONCELOS, Luciana Formiga Rodolfo; SILVA, Romildo Araújo da. **O Siafi Como Base De Dados Para Apuração De Custos Na Administração Pública: Um Estudo Exploratório No Ministério Público Do Distrito Federal E Territórios –Mpdft.** IN: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 4º, 2004. São Paulo.

VENDRUSCOLO, Maria Ivanice; SALLABERRY, Jonatas Dutra. **Padrões de contabilidade pública para as propriedades, instalações e equipamentos: uma análise da IPSAS 17 e das normas nacionais convergentes ao padrão internacional.** IN: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 11º, 2011. São Paulo.

WIEMER, Ana Paula Moreira; RIBEIRO, Daniel Cerqueira. **Custos no serviço público.** IN: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 4º, 2004. São Paulo.